

POPULAÇÃO DE RUA DO BAIRRO ALECRIM

Vi ontem um bicho na imundície do pátio catando comida entre os detritos. Quando achava alguma coisa, não examinava nem cheirava: Engolia com voracidade. O bicho não era um cão, não era um gato, não era um rato. O bicho, meu Deus, era um homem.

O Bicho – Manuel Bandeira

Existe dificuldade em conceituar e caracterizar a “população de rua”, ou uma de suas particularidades, os moradores de rua. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a definição deve considerar a diversidade de motivação de ida à rua e de situações que originam a ida à rua, de um grupo populacional considerado por demais heterogêneo, caracterizado por sua condição de pobreza extrema, pela interrupção ou fragilidade dos vínculos familiares e pela falta de moradia convencional regular. Com efeito, estamos falando mais precisamente de trabalhadores, que compõem a superpopulação relativa nos marcos da sociedade capitalista, parte dos quais podem ser classificados como superpopulação relativa estagnada. Em geral, estas pessoas são compelidas a habitar logradouros públicos (ruas, praças, cemitérios, etc.), áreas degradadas (galpões e prédios abandonados, ruínas, etc.) e, ocasionalmente, utilizar abrigos e albergues para pernoitar.

Distintos motivos fazem com que um indivíduo se estabeleça na rua: a não inserção no processo de trabalho, a inadequação ao ritmo da produção da grande cidade, dentre outros. Ele se encontra na rua, sendo percebido apenas quando causa algum incômodo à sociedade. Frequentemente é visto como ameaçador, assustador, perigoso, pessoa que causa medo. Na maioria das vezes é vítima da violência, da repressão policial e vivencia os percalços da ausência e/ou precariedade das políticas públicas (GOMES e MACIAZEKE, 2006).

O processo de pesquisa sobre a condição de vida e o cotidiano dos moradores de rua do bairro Alecrim consistiu em um esforço cotidiano de aproximação com relação à realidade estudada e de distanciamento crítico. As leituras me possibilitaram este distanciamento, ampliando minhas possibilidades analíticas para desvelar para além da aparência os condicionantes da situação de pauperização ali particularizada na vida dos mendigos. Entre os aspectos mais gerais, determinantes fundamentais de tal condição, podemos pôr em relevo, as particularidades evidenciadas neste espaço urbano singular: o bairro Alecrim.

PARTICULARIDADES DOS/DAS MORADORES/AS DE RUADO BAIRRO ALECRIM, NATAL/RN

O bairro Alecrim, localizado na zona Leste da cidade do Natal, criado oficialmente em outubro de 1911, tem resistido notoriamente ao processo de expansão urbana ocorrido na capital nas últimas décadas. Ainda hoje é considerado um bairro original e tradicionalmente importante para nossa capital. Originalmente, caracterizava-se por ser um bairro de poucas habitações. Com o passar dos anos, um grupos de migrantes chegou ao bairro em busca de sobrevivência e iniciou o processo de construções de núcleos habitacionais. O bairro tem mantido suas características tradicionais do início de sua ocupação.

No Alecrim encontramos pessoas que se enquadram perfeitamente nas categorias identificadas por Vieira (1994): “ficar na rua, estar na rua e ser da rua”. Ali encontramos pessoas que saíram de suas cidades em busca de tratamento de saúde e chegando aqui não encontraram o atendimento e, por falta de condições para regressar a sua cidade, acabaram ficando nas ruas, a exemplo de um jovem abordado em uma rua do bairro, natural de Macaíba. Segundo Vieira (1994, p. 45), ele se enquadra na categoria de “ficar na rua”, sendo esta,

[...] uma situação circunstancial que reflete um estado de precariedade por estar desempregado/a durante um longo período; estar chegando na cidade em busca de emprego, de tratamento em saúde ou de parentes que não encontram. Nesses casos, diante da vulnerabilidade do não atendimento, e com medo de dormir na rua, as pessoas procuram passar a noite em rodoviárias, em lugares públicos de maior movimento, para não serem identificadas com os/as moradores/as de rua.

Existem também os casos dos que saíram à procura de emprego e estão nas ruas por um tempo que varia de um a seis meses aproximadamente. Por falta de condições, vergonha, ou qualquer outro sentimento são levados a permanecer nas ruas e assim vão ficando. Muitas vezes, sem perceber passam automaticamente da categoria de estar na rua para aquela “de ser da rua”. Surgem daí, aqueles designados como “ser da rua”. Conforme Vieira (1994), estes vão sofrendo debilitações, maus tratos, violências de diversos tipos.

Diversos autores propõem definições e classificações na tentativa de dar conta do contingente de trabalhadores que vive e/ou trabalha nas ruas. Todos concordam em afirmar que há uma dificuldade decorrente da diversidade e heterogeneidade de situações, da grande mobilidade desta população. Nossas reflexões a partir de leituras nos levaram a estabelecer

inicialmente a designação “população que vive e/ou trabalha na rua” por entendermos que não se pode dividir o grupo entre aqueles que vivem (que seriam moradores de rua) e aqueles que trabalham, mas têm um ponto qualquer para onde retornar. Entre uns e outros, um leque de possibilidades se abre: na verdade aqueles que vivem e mendigam em alguns momentos também trabalham nas ruas; alguns retornam a casa familiar por períodos mais ou menos longos; outros constituem famílias de configurações mais diversas nas próprias ruas e praças. A condição de trabalhador componente da superpopulação relativa, talvez seja aquela que mais os aproxima. Alguns compõem, certamente, a superpopulação relativa estagnada, à qual o capital não lança mão, mas que não perde sua condição de trabalhador.

É comum confundir o trabalhador que vive da “informalidade” e tem as ruas e logradouros públicos como espaços privilegiados de atividade, com os moradores de rua, já que vivem e muitas vezes dormem durante alguns dias da semana nas ruas. Toda essa massa de trabalhadores, pedintes, mendigos, biscateiros, prostitutas, traficantes, compõe parte do exército de reserva e/ou do *lumpen* proletariado, vivendo no fio da navalha, em permanente transitoriedade.

A sociabilidade capitalista marcada pela alta descartabilidade, flexibilidade, individualidade, competição também atinge os sujeitos sociais tomados como objeto de estudo. Com efeito, a condição das pessoas que passam grande parte do seu tempo nas ruas, trabalhando, mendigando, realizando pequenos biscates ou toda sorte de atividade, entre o lícito e o ilícito, o legal e o ilegal, expressa a extrema pobreza decorrente da desigualdade social que caracteriza nossa sociedade.

Nas ruas, constatamos que os desempregados mais recentes ou aqueles jovens que, no contexto da reestruturação produtiva, já não conseguem inserir-se em atividades de trabalho, seja ela formal ou informal, vão somar-se a um contingente de trabalhadores e trabalhadoras tidos como supérfluos para o capital ou que constituem historicamente o exército de reserva. Deste modo, as ruas e espaços públicos das cidades e metrópoles dos países em desenvolvimento e, no caso em estudo, do Brasil, se destacam como lócus privilegiado de estudo e análise das dinâmicas sociais e urbanas dos tempos contemporâneos. Nelas percebemos a dimensão e a complexidade da problemática em foco: aquele trabalhador que vive e ou trabalha nas ruas e espaços públicos e, em particular, aqueles designados como “mendigos” ou pedintes, que ali encontram meios de sobrevivência.

Na rua, a vida está aberta ao público que por ela passa diária e constantemente. Nas ruas, as pessoas que nela vivem fazem desse espaço público seu lugar de morada, como explicita Bulla Et. all (2004, p. 113-114). De uma forma geral,

[...] as pessoas em situação de rua apresentam-se com vestimentas sujas e sapatos surrados, denotando a pauperização da condição de moradia na rua; no entanto, nos pertences que carregam, expressam sua individualidade e seu senso estético. A perda de vínculos familiares, decorrente do desemprego, da violência, da perda de algum ente querido, perda de auto-estima, alcoolismo, drogadição, doença mental, entre outros fatores, é o principal motivo que leva as pessoas a morarem nas ruas.

São várias as categorias para estes trabalhadores que se encontram nas ruas, muitos não têm realmente um lar para voltar, foram rompidos definitivamente os laços familiares; outros passam o dia a mendigar nos centros urbanos e por não terem condições de voltar para casa, localizada, muitas vezes, fora das cidades, acabam dormindo em albergues, ou em algum espaço nas ruas, como logradouros públicos, estacionamentos, oficinas, sob marquises de lojas, d entre outros.

Inexistem pesquisas de âmbito nacional que retratem as características desse público em uma perspectiva de totalidade. Para os órgãos oficiais de contagem populacional, trata-se de população sem visibilidade. O próprio Censo (última versão em 2000), realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, bem como as pesquisas por amostragem domiciliar do mesmo Instituto não computam essa população, em função da sua falta de referência de moradia. Na França, por exemplo, estas pessoas são constrangidas a cadastrar-se em uma prefeitura, que lhes empresta o endereço (caixa postal) para que possam ter acesso a qualquer benefício das políticas de assistência. No Brasil, os dados existentes são obtidos através de pesquisas realizadas por municípios, muitas vezes individualizados, cujo propósito é refletir as realidades locais. Um possível mapeamento para eventual desenho de política pública de maior consistência e mais pertinente com relação à condição dessas pessoas tem se revelado objetivo tido como de grande dificuldade ou mesmo impossível.

No Alecrim, observamos um contingente significativo de pessoas em situação de rua. Durante o dia os mendigos saem a pedir nas residências, não estabelecendo horários de refeições como de resto a população, em geral. Eles simplesmente acostumam o estômago a comer quando têm o que comer. Por se localizarem em um bairro originalmente comercial são

“obrigados” a deitar no horário que o comércio fecha, quando a cidade se acalma; e acostumam-se a levantar quando a cidade acorda, quando as lojas abrirem suas portas.

No Alecrim, existe a preferência por dormir nas praças, postos de gasolina, sedes de instituições, sob as marquises e sob toldos das lojas. Nesses pontos, eles encontram maior proteção contra as chuvas e ainda a cumplicidade de alguns vigias noturnos. Assim, estes moradores de rua se sentem mais seguros. Há uma parcela desses que dorme em grupos, outros preferem deitar sozinhos nos bancos das praças, nas calçadas das lojas.

Quando chega a noite e as portas dos comércios fecham, eles chegam com seus pertences, muito escassos, porém revelam muito sobre eles. Alguns trazem também seus colchões de papelão, ou até mesmo de espuma. Após arrumarem suas “camas” numa residência que não é em nada nova, que tende a ter seus moradores acrescidos em números, sobretudo, nos grandes centros urbanos; residências de paredes invisíveis, onde tudo expõem e a tudo estão sujeitos.

A rua, por onde passamos somente por ser via de acesso; a calçada, durante o dia, trilhada por milhares de pessoas, à noite se transforma em uma enorme casa, silenciosa, habitada por muitos que fazem delas seu lar, e das calçadas suas camas. Este fato observado não apenas em Natal, mas em muitas outras cidades, revela-nos cidades profundamente desiguais, partidas, com grande parte da sua população tendo seus direitos fundamentais violados, configurando-se uma das mais graves expressões da questão social, resultante da histórica concentração e apropriação privada da riqueza socialmente produzida.

Os trabalhadores, na condição de moradores de rua, com acesso eventual e precário aos mínimos sociais, cotidianamente, travam nas ruas, praças, avenidas e semáforos da cidade, uma luta sem vencedores pelo direito à sobrevivência. Atravessam seu cotidiano, riscos e incertezas das mais diversas ordens, dentre eles, a pobreza absoluta, a evasão escolar de crianças e adolescentes, a exposição de suas vidas a toda sorte de violência, o uso e abuso de drogas lícitas e/ou ilícitas, a precariedade de espaços de convivência. Por direito constitucional, estes trabalhadores que habitam as ruas deveriam ser considerados cidadãos integrais; também as políticas públicas propaladas e planejadas têm se revelado no mais das vezes limitadas, transitórias, inconsistentes ante a complexa condição dos mesmos.

Os casos de drogadição são comuns, apesar de alguns moradores de rua não assumirem. Impressiona-nos a fala, muitas vezes esclarecida, de alguns que se autodefinem

como dependentes químicos; outros, apesar de negarem, evidenciam pelo forte odor de álcool exalado e impregnado em suas vestimentas e hálitos. Abordamos ainda alguns exatamente nos momentos em que estavam se drogando, os quais não expressaram qualquer reação de incômodo com nossa presença.

Os sujeitos sociais objeto de estudo – os mendigos ou pedintes que transitam no bairro Alecrim/Natal – vivenciam no seu cotidiano aspectos da sociabilidade capitalista atual. Senão vejamos: a descartabilidade, marca maior da sociedade de consumo na sua expressão contemporânea, está presente na vida desta população, tida por vezes como indesejável por transeuntes, moradores e empresários dos locais centrais onde se encontram geralmente. Como afirma Diorito¹, morador de rua, quando questionado sobre como e onde guardava, durante o dia, o papelão que lhe servia de leito: “*Nossa cama é descartável, todos os dias ‘compramos’ uma nova*”. Como utilizam materiais retirados de dejetos, eles também descartam, passando alguns materiais por inúmeros processos de descartabilidade. Aqui chamamos a atenção para a mercantilização de tudo, inclusive nas expressões mais graves da precariedade nas condições de vida. Estes indivíduos ainda que de forma extremamente limitada são consumidores, adquirem no mercado, com os ínfimos valores que obtêm na mendicância ou na realização de pequenas atividades na rua, o mínimo para sobreviver.

Muitas expressões são utilizadas para denominar essa população: mendigo, marginal, indigente, maltrapilho, louquinho, vagabundo, sem-vergonha, perigoso, preguiçoso. Poderíamos enumerar tantas outras. Todas elas apresentam algo em comum: o prejulgamento moral e os pré-conceitos estabelecidos em relação às pessoas que estão em situação de rua. Trata-se de fato de trabalhadores tidos como supérfluos para o capital, que, na atualidade, compõem um universo expressivo quantitativamente, ante à redução da necessidade e trabalho vivo no processo produtivo.

No lócus da pesquisa, constatamos que a grande parcela destes trabalhadores que vivem e/ou trabalham nas ruas do bairro Alecrim/Natal estabeleceu a rua como lugar de vida pela perda ou ausência de emprego (precarização do trabalho), seja ele formal ou informal. Esta situação tende a se agravar nos tempos atuais dada a crise e o processo de reestruturação capitalista, apoiado em processos e em tecnologias que dispensam cada vez mais o uso da força de trabalho.

¹ Diorito, codinome dado ao morador de rua entrevistado.

Este determinante é o mais comum entre os entrevistados (46)². Os problemas familiares, além da ausência ou precariedade das condições de moradia constituem fatores agravantes e determinantes para a busca de sobrevivência nas ruas e espaços públicos. A escolha do bairro Alecrim, como lugar de “abrigo” decorre do fato deste bairro se destacar como historicamente e estruturalmente comercial, concentrando um número significativo de lojas, estacionamentos, restaurantes, praças, atraindo vendedores ambulantes e camelôs, e conseqüentemente constituindo lócus de intensa mobilidade tanto de trabalhadores quanto de clientes e de transeuntes durante todo o dia. Às noites, a dinâmica do bairro muda, mas ele ainda permanece um local atrativo. O Alecrim, como é comumente conhecido por toda a população natalense, torna-se, assim, local privilegiado da luta pela sobrevivência diária dessa parcela da população.

Diferentemente, do que se divulga no nível do senso comum, camadas mais pauperizadas das classes trabalhadores não se dirigem somente e prioritariamente aos bairros periféricos, onde o custo de vida parece menor. Por certo, as famílias das classes subalternas buscam nestas áreas construir moradias segundo suas possibilidades, embora, se constituam locais de precária infra-estrutura urbana. Assim, os trabalhadores que hoje encontramos nas ruas, muitas vezes, já passaram pelo processo de moradia precária, antes de perder esta condição. Diversos condicionantes os levaram a deixar suas residências, até mesmo nas favelas, tendo as ruas e espaços públicos como a última alternativa para viver. Neste sentido, a rua aparece como o final de um longo percurso de precarização e negação de direitos.

A ausência ou limitação de políticas sociais e urbanas direcionadas para as camadas mais pobres de nossa sociedade também figura como fatores que explicam a estratégia de sobrevivência nas ruas.

Essa é a realidade da vida dos moradores de rua do bairro Alecrim. A precariedade e a exposição aos mais variados riscos, a falta de instrumentos sociais que os amparem, as condições insalubres as quais estão submetidos faz do dia-a-dia desta população uma constante luta pela sobrevivência. No item a seguir faremos a análise dos dados relativos aos sujeitos identificados no percurso da pesquisa.

² Total de entrevistas durante a pesquisa.

MORADORES DE RUA DO ALECRIM NA CONTEMPORANEIDADE: o que revelam e/ou escondem os dados coletados?

A pesquisa ora apresentada constitui um estudo de natureza quali-quantitativa. Inicialmente, nossa pretensão ao realizar este estudo foi proceder a uma espécie de recenseamento dos moradores de rua do bairro, levando em consideração que não existe contagem alguma desta parcela da população. Nosso universo de pesquisa compreendeu, então, todos os atuais moradores de rua do Alecrim. Acreditamos ter alcançado êxito, com relação à contagem, uma vez que totalizamos 46 entrevistas, às quais somamos aproximadamente 10 pessoas que se negaram a responder o questionário.

Neste momento, apresentaremos o perfil contemporâneo da população de rua no Alecrim, com base nas variáveis: sexo, idade, naturalidade/origem, escolaridade, relação com familiares, tempo nas ruas, e relações com o trabalho. Os dados ora apresentados foram coletados durante a pesquisa empírica³ realizada no bairro Alecrim, Natal/RN.

Mapeamos os setores de maior influência e concentração da população pesquisada e definimos como ‘pontos de apoio e pontos de pernoite’. A coleta de dados realizou-se nos mais diversificados horários (diurnos e noturnos) e dias (durante a semana, finais de semana e feriados), podendo apreender singularidades na dinâmica do cotidiano, em horários e dias distintos.

Nossa presença durante mais de um ano, nos possibilitou construir vínculos de amizade e confiança os quais favoreceram um rico processo de pesquisa. Ainda hoje mantemos um relacionamento amistoso com os entrevistados durante toda a pesquisa, o que nos ajudou a evitar uma dupla contagem. Buscamos contato com todos os mendigos do bairro pesquisado, evitando apenas contato mais próximo com aqueles que se recusaram a responder ao questionário. Desde nossas primeiras incursões no campo de pesquisa buscamos evitar quaisquer formas de identificação e classificação dos mesmos a partir de terminologias utilizadas para denominá-los no nível do senso comum. Nossa ideia central era contabilizar, recensear os indivíduos em situação de pobreza extrema, sem moradia; aqueles que utilizam

³ A pesquisa empírica, com aplicação de formulários e entrevistas realizou-se entre os meses de fevereiro e junho de 2010. Anteriormente, a realização das entrevistas já ocorria observação em lócus e algumas conversas informais.

os logradouros públicos (praças, calçadas, cemitérios), espaços privados a exemplo de postos de gasolina, sucatas, marquises de lojas, etc., como lugar de moradia e sobrevivência.

No Alecrim observamos em uma primeira aproximação a predominância de moradores de rua do sexo masculino, fato confirmado nos dados empíricos. Os homens contabilizam 83% do total dos pesquisados, enquanto as mulheres somam 17% da população de rua do bairro, ou seja, 38 e 08 respectivamente, representados estatisticamente no gráfico abaixo:

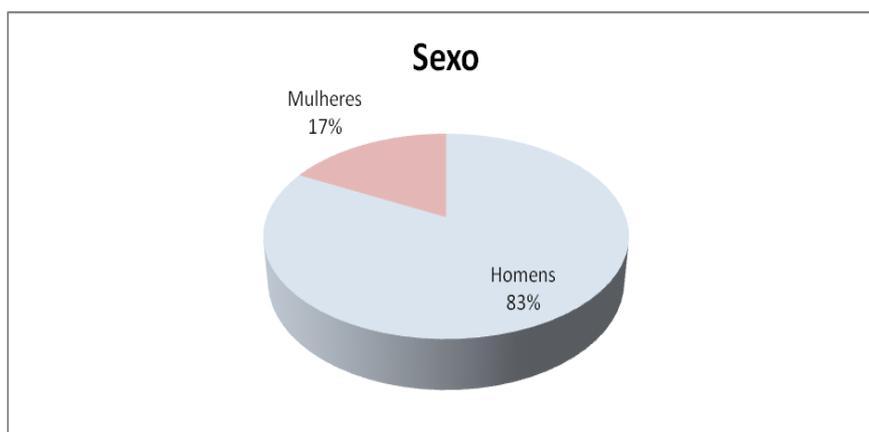


Gráfico 01 – População de rua do Alecrim, por sexo.

Fonte: Dados coletados pela própria pesquisadora.

Apesar de, frequentemente, nos depararmos com mães pedintes, expondo seus filhos às mais variadas situações de risco, a grande parcela da população que vive nas ruas do Alecrim é adulta, em sua maior proporção do sexo masculino. As mulheres, mesmo se constituindo minoria, conseguem com maior facilidade ganhar seu sustento; isto talvez se deva ao fato das pessoas se sensibilizarem mais com a mulher, com a fragilidade da criança, o sentimento de compaixão.

Os homens, apesar de constituírem a maioria, nem sempre garantem sua sobrevivência pedindo. A quase totalidade dos mesmos exercem alguma atividade, seja como catador de latinhas, de papelão, vigia de carros, descarregador de mercadorias, ou realiza algum serviço que lhe seja recompensado com dinheiro, alimentação e/ou abrigo para as noites. Alguns mendigos praticam furtos corriqueiros, não se intimidando de assumir a autoria destes pequenos delitos. Assim, asseguram sua sobrevivência.

Pesquisas⁴ realizadas nas cidades de Porto Alegre, Recife, São Paulo e Belo Horizonte revelam também um maior percentual de homens nas ruas. Segundo Silva (2009), essa tendência não segue a do censo populacional do nosso país, no qual encontramos uma população predominantemente feminina. Podemos concluir que esta tendência relaciona-se a fatores sócio-culturais como: a atribuição ao homem da responsabilidade tanto do próprio sustento, como do provimento das necessidades da família. Como ressalta Tiene (2004), em nossas sociedades, cabe à mulher o papel de reprodutora e a responsabilidade doméstica. Segundo a autora,

A mulher moradora de rua é minoria, se comparada à população masculina. Pode-se explicar porque, histórica e culturalmente, a mulher sempre desempenhou o papel de reprodutora e responsável pelos cuidados com a prole, ou seja, sempre, ou quase sempre, limitada a um espaço físico e social da casa, onde procria e por isso deve viver. Submissa no ambiente doméstico tem tratamento desigual nas relações de trabalho, o que parece se repetir também na rua que é um espaço público (p. 19).

Para a referida autora, além do papel de reprodutora, a opressão masculina aparece na rua de forma diferenciada daquela verificada no ambiente doméstico. Existem mulheres que adotam padrões e comportamentos machistas, “partilham do mesmo padrão dos homens, das bebedeiras e do uso de drogas. A violência sexual da qual são vítimas as marca profunda, física e psicologicamente” (p. 156). Dessa forma, a violência sofrida se configura como outro inibidor da ida destas às ruas.

Como podemos observar no gráfico abaixo, os sujeitos de nossa pesquisa são eminentemente adultos. A faixa etária varia de 25 a 60 anos, sendo mais evidentes as parcelas entre 35 e 40 e, 40 e 50 anos de idade, contabilizando 10 entrevistados respectivamente.

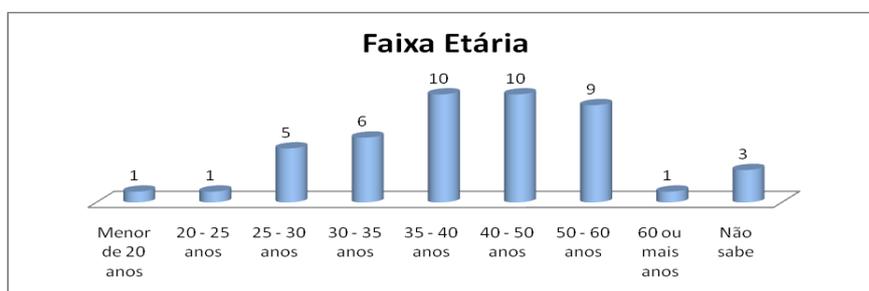


Gráfico 02 – População de rua do Alecrim, por faixa etária.

Fonte: dados coletados pela própria pesquisadora.

⁴ Cf.: SILVA, Maria Lúcia. L. da. Trabalho e População em Situação de Rua no Brasil. 2009

Mesmo observando cotidianamente no bairro, um número elevado de crianças e adolescentes exercendo atividades como ambulantes (vendedor de balinhas, pastilhas, canetas, picolés, passagens, dentre outras), e/ou como pedintes (os que se aproximam com papéis, nos quais constam alguns dizeres expressando a necessidade que passam, e o pedido de ajuda), supomos que estes ainda possuam um lar, um pouso para onde se destinar no final do dia, uma vez que a presença em períodos noturnos ou finais de semana não foi constatada ao longo do processo de pesquisa, tampouco durante o período de estágio.

Quanto à origem/naturalidade dos entrevistados, é notório o índice de pessoas que estão nas ruas, que nasceram na própria capital potiguar, somando 22 do total dos entrevistados. A soma dos indivíduos que moram nas ruas do Alecrim oriundos de outros estados (Ceará, Maranhão, Amapá) e do interior do Rio Grande do Norte é igual ao número de natalenses que moram no mesmo espaço, como nos mostra o gráfico a seguir:

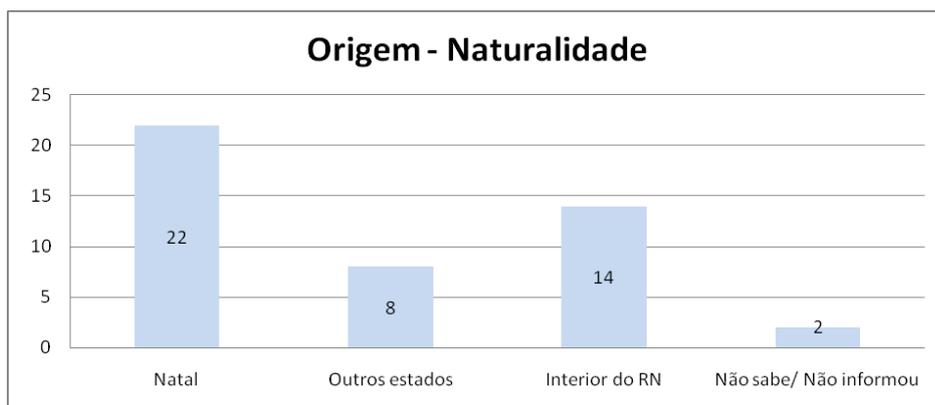


Gráfico 03 – População de rua do Alecrim, por origem.

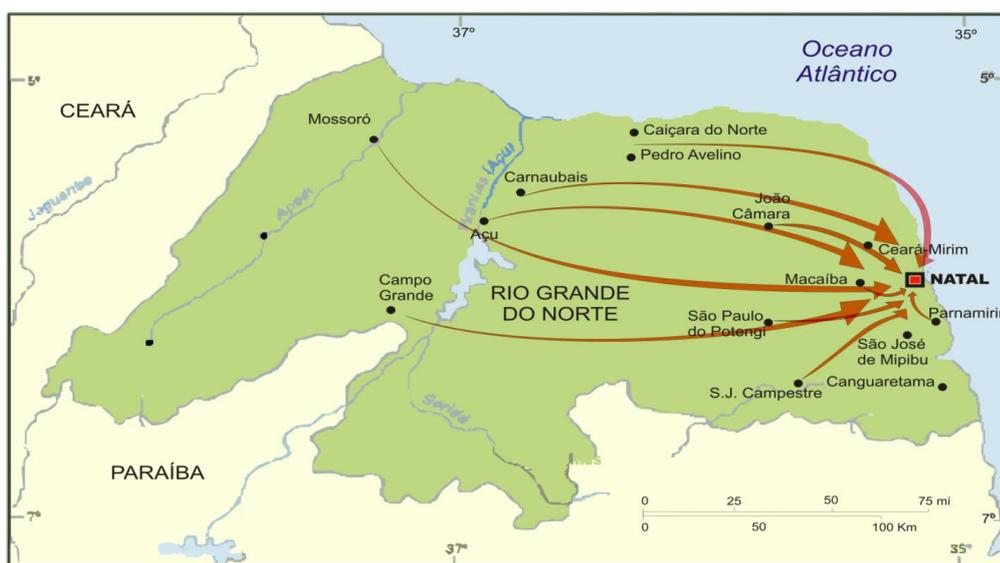
Fonte: dados coletados pela própria pesquisadora

Assim, 36 dos entrevistados são próprios do estado do Rio Grande do Norte. Nossos dados não permitem questionar se, no caso natalense, a migração campo-cidade deixou de ser fator primordial para a existência de mendigos nos centros urbanos. Silva (2009), referindo-se a dados de cidades onde se realizaram pesquisas aprofundadas sobre a população em situação de rua, nos quais se evidenciou a origem desta população, destaca que a migração campo-cidade não constitui fator explicativo ou determinante para a ida às ruas. Evidencia, que os problemas inerentes às metrópoles no capitalismo contemporâneo: desemprego, desigualdades sociais e pobreza são determinantes para este fenômeno, na atualidade. Revela-nos também o declínio do êxodo rural na produção do fenômeno. Constatamos em nossa

pesquisa que ainda há um número considerável de pessoas oriundas do interior que buscam nos centros urbanos seus meios de sobrevivência, como nos relata o Sr. Monzonito,

Tem alguns meses que tô nas ruas, não voltei em casa ainda. Venho do interior, de longe, vim procurar emprego, mas não consegui nada ainda. Deus me guarde de que meus filhos me veja na rua, dormindo aqui.

O mapa a seguir nos aponta os municípios de origem dos moradores de rua do Alecrim entrevistados. Dentre eles, destacamos os municípios de Mossoró, Açu, Campo Grande, Caiçara do Norte, João Câmara, Pedro Avelino, São Paulo do Potengi, São José do Campestre, Carnaubais, Macaíba e Ceará Mirim.



Mapa 5 – Moradores de rua do Alecrim - Municípios de origem dos entrevistados.

Fonte: Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos - SEAHR

Cartografia: Maфра. Especialista em geoprocessamento e georeferenciamento.

Elaboração: Érika Maria.

Quanto ao grau de instrução, a maioria dos entrevistados sabe ler e escrever. Mais de 50% da população de rua do Alecrim estão inseridos nos graus de escolaridade referentes ao ensino médio e fundamental. Este dado nos aponta que a problemática estudada vem se agravando para as camadas com maior escolaridade, não se restringindo aos não alfabetizados e/ou com pouca escolaridade.

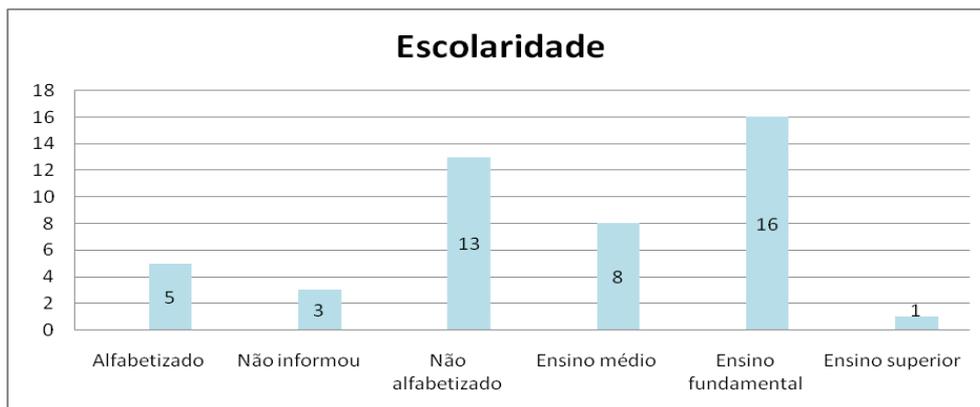


Gráfico 04– População de rua do Alecrim, por escolaridade.

Fonte: dados coletados pela própria pesquisadora

Os dados apresentados nos levam a refletir sobre a complexidade que envolve a problemática em estudo. Neste sentido, nosso olhar aguçado e a postura crítica que estabelecemos como direção na apreensão realidade social possibilitaram-nos romper com a superficialidade do imediatismo apreendendo, a população em estudo, inserida no contexto de contradições e desigualdades próprias da forma de organização societária vigente. Dessa forma, a relação estabelecida pelo senso comum entre desemprego e falta de escolaridade, bem como, viver na rua como escolha dos próprios indivíduos não se configuram como explicações suficientes. Com efeito, a condição de morador de rua tem como determinante central a crescente desigualdade social decorrente da contradição capital/trabalho que deixa fora do processo produtivo ou inclui precariamente, uma imensa massa da população. A forma atual como se organiza a produção capitalista prescinde cada vez mais de trabalho vivo, contribuindo para a constituição de um contingente de trabalhadores “supérfluos para o capital” (Iamamoto, 2001). Estes, sem alternativas ou possibilidades se põem nas mais variadas situações de risco e subalternidade na busca pela sobrevivência.

A relação com familiares constitui aspecto importante do perfil da população de rua. Em nossa pesquisa 46% dos entrevistados dizem ter ou manter algum vínculo familiar, no entanto, cabe aqui esclarecer que tipo de vínculo é este defendido por eles: entende-se por vínculo familiar, qualquer espécie de contato, notícias ou até mesmo acompanhamento de algum membro da família.

Alguns acreditam manter vínculos familiares apenas por ter notícias de um parente do interior ou por ver algum dos seus transitando nas ruas do bairro, não se fazendo necessário, portanto, uma maior aproximação. Existe também o vínculo afetivo com moradores,

trabalhadores e clientes que transitam nas ruas com maior frequência após terem estabelecido a rua como moradia.

Com relação ao tempo de moradia nas ruas/logradouros públicos do Alecrim por parte dos entrevistados contatamos uma concentração maior de pessoas que têm entre 05 e 10 anos de permanência nas ruas. Esse dado também nos ajuda na análise do crescimento do fenômeno. Ora, o número de pessoas estabelecidas como moradores de rua entre 5 e 10 anos corresponde ao número de pessoas que estão na mesma situação há menos de 1 (um) ano.

Segundo Silva (2009), ao analisar pesquisas de outros municípios brasileiros, os dados sugerem pelo menos três inferências. Primeiro: o fenômeno “população em situação de rua” ganha maior dimensão no Brasil na segunda metade da década de 1990, coincidindo com o ápice das manifestações das mudanças recentes no mundo do trabalho. Segundo, afirma a autora, no Brasil, o tempo de permanência de pessoas vivendo nas ruas está aumentando sem a preocupação do governo em implementar políticas públicas destinadas a esta parcela da população. Uma terceira inferência refere-se às manifestações e aos efeitos das mudanças no mundo do trabalho. O aprofundamento do desemprego, o trabalho precarizado e a consequente expansão da superpopulação relativa, a regressão de direitos sociais conquistados e a focalização das políticas sociais são também questões que têm rebatimento na situação e condição dos moradores de rua. Todos estes fatores, determinados pela forma de organização social capitalista, aprofundam as desigualdades sociais e agudizam a pobreza.

No caso dos moradores de rua, as relações de trabalho apresentam-se ainda mais precárias. Pesquisas constatam que a grande parcela da população de rua sobrevive graças a alguma atividade realizada para obter rendimentos. Em nossa pesquisa, atestamos que 67% dos respondentes realiza algum tipo de atividade para sobreviver, mesmo aqueles que mendigam nas ruas do bairro. As atividades realizadas para obter rendimentos são informais, irregulares os que muitos denominam como os “bicos”.

Como sinalizamos anteriormente, as atividades desenvolvidas pelos moradores de rua do Alecrim são predominantemente a coleta de materiais recicláveis, a ajuda no descarregamento de mercadorias nas lojas e mercados e as atividades vinculadas às oficinas mecânicas. Todas essas atividades são exercidas, sem qualquer vínculo que garanta algum direito trabalhista ou amparo social. Constituem-se uma camada da população em completa situação de subalternidade sem direito a condições dignas de vida. Expostos às mais variadas situações de precariedade constroem, cotidianamente, estratégias de sobrevivência.

Nas entrevistas realizadas com os moradores de rua do bairro Alecrim/Natal, o não acesso ao trabalho é evidenciado como um dos determinantes mais recorrentes que explicam a ida às ruas. Não são raros aqueles indivíduos alfabetizados, porém são raros, os que conseguem refletir sobre o processo vivido. Alguns são oriundos do interior do estado, outros são da própria capital. Estes não têm como se manter, nem mesmo nos bairros periféricos. O não acesso ao trabalho seja ele compreendido dentro do que se designa mercado formal, no qual há a condição de trabalho com direitos e garantias historicamente conquistados pelas classes trabalhadoras em luta, seja quaisquer outras modalidades de trabalho, inclusive aquelas situadas no tênue limite entre o lícito e o ilícito, o legal e o ilegal. Para Telles e Hirata (2007), existem intersecções entre os mercados formais e os mercados informais, ilegais ou ilícitos. Estes se compõem no cenário urbano expandido numa zona ampla que tem tornado incertas e indeterminadas as diferenças entre o trabalho precário, o emprego temporário, expedientes de sobrevivência e as atividades ilegais, clandestinas ou delituosas. O trabalhador se insere entre o legal e o ilegal, oscilando entre emprego mal remunerado e atividades ilícitas, entre o desemprego e o pequeno tráfico de rua, negocia a cada situação e em cada contexto os critérios de aceitabilidade moral de suas escolhas, de seus comportamentos. Sempre nos limites incertos, expandem-se a subcontratação e as formas diversas de mobilização do trabalho temporário, esporádico e intermitente.

Durante o dia, estes sujeitos são encontrados nos mais variados locais do bairro: nas praças, calçadas, frentes de Igrejas, nas proximidades de escolas, paradas de ônibus, residências, restaurantes, entradas de lojas e estacionamentos, postos de gasolina, portas de bancos, semáforos, cigarreiras, enfim podemos encontrá-los em qualquer espaço físico.

Também é nas ruas que realizam suas necessidades fisiológicas. No decorrer do dia, geralmente, as realizam no cemitério do bairro, no mercado central, banheiros públicos – camelôs -, ou em algum posto de gasolina. Todavia, durante a noite, mais uma vez sem opção, são obrigados a utilizar as ruas como banheiros, porém evitam realizá-las quando o fluxo de carros ainda é intenso.

Adaptadas a viver livre, sem compromissos, sem cobranças, sem cidadania, dependendo de si mesmas e da boa vontade das pessoas a quem mendigam, na maioria das vezes não se permitem deixar as ruas, voltar para a família (no caso dos que a tem), abrigar-se numa comunidade que os acolha, albergar-se, enfim... É uma luta árdua.

Para finalizar, realizamos um levantamento no perímetro estudado visando identificar tipos de assistência direcionados à população estudada. Destacamos as seguintes entidades que atuam no bairro. **Ordem Religiosa: Igreja Evangélica** – distribuição de sopas – Anjos da Noite, da Igreja Assembléia de Deus (Não mantém dia fixo de distribuição). **Igreja Católica** - comunidade da Cidade da Esperança, distribuição semanal de sopa, ocorre sempre às sextas-feiras à noite, geralmente por volta das 22h.

Embora esses grupos não consigam com suas ações, mudar estruturalmente a vida dos moradores de rua do bairro Alecrim, não podemos, observadas suas limitações, negar que se constituem mecanismo importantes para a população que se encontra nessa situação. São eles que, na falta de um Estado, promotor e realizador de políticas destinadas ao segmento, e, ainda que insuficientes, disponibilizam vestimentas, remédios e um pouco de comida aqueles que não têm nada, nem mesmo esperança.

Existem políticas nacionais voltadas para esta parcela da população, contudo não são efetivadas; em Natal, a Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social - SEMTAS é o órgão responsável pela implementação de Políticas Públicas de Assistência Social, Segurança Alimentar, Mulheres e Minorias e Trabalho e Renda, tendo por missão desenvolver políticas públicas comprometidas com o cidadão em situações de vulnerabilidade social, sejam situações de pobreza, falta de trabalho e/ou falta de habitação, construindo, de forma ética e solidária, condições efetivas para a conquista da cidadania. (SEMTAS, 2010)

De acordo com o documento das tipificações para os serviços de assistência social, o usuário deve ter segurança de desenvolvimento, de autonomia individual, familiar e social; ter uma vivência pautada pelo respeito a si mesmo e aos outros, sendo esta vivência pautada fundamentalmente em princípios éticos de justiça e cidadania; construir projetos pessoais e sociais que possibilitem desenvolver a autoestima; ter acesso à documentação civil; alcançar autonomia e condições de bem estar; ser ouvido para expressar suas necessidades, seus interesses e suas possibilidades; ter acesso a serviços do sistema de proteção social e indicação de acesso a benefícios sociais e programas de transferência de renda; ser informado quanto à seus direitos e como acessá-los, e acima de tudo, fortalecer o convívio social e comunitário.

O usuário deve ser acolhido no serviço em condições de dignidade; ter reparados ou minimizados os danos por vivências de violência e abusos; ter sua identidade, integridade e história de vida preservada; ter acesso à alimentação em padrões nutricionais adequados.

O acesso ao serviço deve ser realizado através de encaminhamentos do serviço especializado em abordagem social, de outros serviços socioassistenciais, das demais políticas públicas setoriais e dos demais órgãos do sistema de garantia de direitos.

Quão comoventes são os documentos das políticas, caso fossem efetivados, estaríamos em um mar de perfeições. Mas sabemos que não nos apresentam esta realidade em nossa capital, nem em qualquer outra deste país, tão igual e ao mesmo passo, tão desigual.

O serviço que deveria ser voltado para a parcela da população que vive em situação de rua, buscando contribuir na redução das violações dos direitos socioassistenciais, seus agravantes ou reincidência; a proteção social às famílias e indivíduos; à redução de danos provocados por situações violadoras de direitos e a construção de novos projetos de vida passam um pouco distante da capital potiguar, uma cidade profundamente desigual, partida, com grande parcela da população tendo seus direitos fundamentais violados, configurando-se uma das mais graves expressões da questão social, resultante da histórica concentração e apropriação privada da riqueza socialmente produzida.

A população em situação de rua encara em seu cotidiano, riscos e incertezas como pobreza absoluta, evasão escolar de crianças e adolescentes, exclusão de jovens e suas famílias do mercado formal de trabalho, exposição a fatores que conduzem à prática de pequenos delitos, uso e abuso de drogas e precariedade de espaços de convivência, esporte e lazer, dentre outros.

Cabe aos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), executar os serviços de proteção social especial configurando-se como unidades que prestam atendimentos especializados às pessoas com seus direitos violados.

Quanto ao belo documento das tipificações para os serviços de assistência social, cabe-nos expor aqui a ausência de segurança dos moradores de rua, não estabelecendo um local fixo de pernoite devido à violência nas ruas, não há respeito nem a si nem aos outros; a justiça e a cidadania passam distantes destes seres humanos que não são considerados como cidadãos, uma vez que não possuem documentos. Dos entrevistados, somente 03 (três), apresentaram algum tipo de documento. Como pode haver cidadania se não são considerados cidadãos? E justiça então? Se não cabe aos considerados cidadãos, eleitores, cumpridores de suas “obrigações” democráticas à justiça, quiçá aos que nenhuma cédula de identidade possuem, aos que nem sua data de nascimento sabem, ou mesmo aos que sabem apenas o mês

de nascimento por atribuir a algum acontecimento, como nos relatou um morador de rua: “*nasci no mês da fogueira de Santo Antônio*”. Que tipo de cidadania é esta? E o acesso à documentação civil? Como tê-lo se não sentem necessidade destes, a não ser como em alguns casos citados pelos próprios entrevistados: internamento hospitalar.

Como ter acesso aos serviços do sistema de proteção social? Como alcançar autonomia? Como ser ouvido para expressar suas necessidades, como exposto no documento das tipificações? O Estado está surdo e cego. Ou melhor, parece-nos que perdeu todos os sentidos.

Nesse sentido, cabe avançar na consolidação da Política Municipal de Assistência Social na perspectiva da efetivação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, garantindo a intersectorialidade, a centralidade na família, a articulação e a integração de um amplo conjunto de políticas públicas orientadas para o enfrentamento do complexo quadro exposto nas ruas e avenidas da nossa cidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Regina Stela Andreoli; TAVEIRA, José Carlos. **O morador de rua de Campo Grande: condições de vida**. 1º ed. Campo Grande: UCDB, 2002.

ALVES, Eliseu. **Pobreza rural no Brasil**. 4º ed. Ministério da Cultura. Brasília, nov. 1998.

ARAÚJO, Maria Neyára de Oliveira. **A Miséria e os Dias. História Social da Mendicância no Ceará**. São Paulo: Hucitec, 2000.

BEHRING, Elaine e BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**, São Paulo, Cortez, 2006.

BEZERRA, Josué Alencar. **A reafirmação do bairro: um estudo geo-histórico do bairro Alecrim na cidade de Natal-RN**. Disponível em: <http://biblioteca.universia.net/html_bura/ficha/params/id/9467118.html>. Acesso em 07 de janeiro de 2010.

BRASIL. Constituição (2007). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 2007.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília-DF, 2004.

BRASIL. **Política Nacional para inclusão social da população em situação de rua**. Brasília-DF, 2008.

BULLA, Leonia Capaverde; PRATES, Jane Cruz; MENDES, Jussara Maria Rosa; MALLMANN, Maria Izabel. **Exclusão Social em moradores de rua, estratégias de resistência e redes de inclusão**. PUCRS, Porto Alegre, 2004.

BURSZTYN, Marcel (org.). **No meio da rua: nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

CANTARINO, Carolina. **Habitar a rua**. Com Ciência – revista eletrônica de jornal científico. Disponível em: <http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=25&id=284>>. Acesso em: 19 set. 2009

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. GUERRA, Eliana Costa Guerra. **Tempos contemporâneos: trabalhadores supérfluos no fio da navalha da lógica do capital**. In: Trabalho, capital mundial e formação de trabalhadores. Organizadores, Antônia de Abreu Sousa, Enéas de Araújo Arrais Neto et al. Fortaleza: Editora SENAC Ceará; Edições UFC, 2008.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da cidade do Natal**. 3 ed. Natal (RN): RN Econômico, 1999. 495 p. (Coleção Cultura, 11).

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua**. Rio de Janeiro, Rocco, 1997.

ESCOREL, Sarah. **Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

GOMES, Rita de Cássia Maciazeke. 2006. **Gente Caracol: A cidade contemporânea e o Habitar as ruas**. Trabalho apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Psicologia Social e institucional. Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS, 2006.

IAMAMOTO, Marilda V. **A questão social no cotidiano**. Temporalis. A questão social no capitalismo. In: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, Brasília, nº3, jan/jun, 2001.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (IBGE, 2007 fonte: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/contagem.pdf>). Acesso em maio de 2010.

MAGNI, Cláudia Turra. **Nomadismo Urbano: uma etnografia sobre moradores de rua em Porto Alegre. Série Conhecimentos. EDUNISC, 2006.**

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Disponível em: <http://www.mds.gov.br>>. Acesso em 15 de janeiro de 2010.

MARANHÃO. Cesar. Acumulação, trabalho, e superpopulação: crítica ao conceito de exclusão social. In: **Mito da assistência social.** São Paulo, Cortez, 2008

NATAL. **Relatório de Gestão Programa Canteiros reconstituindo Vidas – CREAS I.** Janeiro a setembro de 2008. Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social. Natal: SEMTAS, 2008.

RIZZINI, Irene (Coord.). **Vida nas ruas: crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis?** Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2003.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil.** São Paulo, Cortez, 2009.

TELLES, Vera da Silva. HIRATA, Daniel Veloso. **Cidades e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito.** Estudos avançados, 2007, vol. 61, nº 21.

TIENE, Izalene. **Mulher moradora na rua: entre vivências e políticas sociais.** São Paulo: Editora Alínea, 2004.

UFRN. **A condição de pobreza e exclusão social da população de Natal: relatório de pesquisa.** Departamento de Serviço Social, Natal/RN, 2005.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes Subalternas e Assistencial Social.** 5º ed. São Paulo: Cortez, 2006.